

GUARDA CIVIL MUNICIPAL

EDITAL Nº 001/2025 DO CONCURSO PÚBLICO
PARA O CARGO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE
TEOTÔNIO VILELA (AL)

MUNICÍPIO DE TEOTÔNIO VILELA (AL)

TARDE

Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.



ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:

1. Conferência de documentos:

- ✓ Verifique seu nome, número do documento e número de inscrição em todos os materiais entregues.
- ✓ Confira o Caderno de Questões quanto a falhas de impressão ou numeração.

2. Cumprimento das normas:

- ✓ O descumprimento de qualquer regra constante no Edital, Caderno de Questões ou Folha de Respostas poderá acarretar a eliminação do candidato.

3. Folha de Respostas:

- ✓ É o único documento válido para avaliação.
- ✓ Preencha corretamente o campo da assinatura.
- ✓ Assinale apenas uma alternativa por item.
- ✓ Utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- ✓ Devolva a Folha de Respostas preenchida e assinada ao fiscal.

4. Divulgação de provas e gabaritos:

- ✓ Estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme o Edital.

5. Condutas proibidas:

- ✓ Manusear o Caderno de Questões antes do horário oficial.
- ✓ Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.
- ✓ Usar aparelhos eletrônicos de qualquer tipo.
- ✓ Anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

6. Exceto quando o enunciado da questão determinar o contrário, considere as seguintes regras:

- ✓ As questões de Língua Portuguesa devem ser respondidas conforme a norma culta vigente à época da aplicação da prova; as de informática, com base na versão mais atualizada dos softwares mencionados na mesma data; e as de legislação, considerando a versão vigente e mais atual de cada lei.



Este caderno foi feito para ser útil — e reciclado. Descarte corretamente e ajude o planeta.



LEGISLAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Questão 01

Durante a formalização da adesão de um Município ao Sistema Único de Segurança Pública, gestores locais participaram de reuniões técnicas para compreender a posição institucional das guardas municipais dentro do sistema. O debate concentrou-se na identificação de quais órgãos são considerados integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e em que condição participam das ações integradas. A assessoria jurídica orientou que a análise fosse realizada exclusivamente com base no texto da lei federal que instituiu o sistema, sem apoio em interpretações externas.

De acordo com o art. 9º da Lei nº 13.675/2018 (sem considerar jurisprudência ou doutrina), assinale a alternativa correta.

- (A) Integram o Sistema Único de Segurança Pública os órgãos previstos na Constituição Federal.
- (B) O Sistema Único de Segurança Pública exclui os órgãos de perícia oficial.
- (C) Compõem o Sistema Único de Segurança Pública apenas os órgãos federais.
- (D) As guardas municipais não integram o Sistema Único de Segurança Pública.
- (E) As guardas municipais integram o Sistema Único de Segurança Pública.

Questão 02

Durante a análise de um caso concreto, operadores da segurança pública precisaram verificar se determinado homicídio se enquadrava como crime hediondo, para fins de aplicação do regime jurídico correspondente. A verificação foi feita exclusivamente com base no texto da lei federal aplicável.

Com base exclusivamente no disposto no Art. 1º, inciso I, da Lei federal nº 8.072/1990, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Enquadrar o homicídio conforme decisão técnica e administrativa.
- (B) Enquadrar o homicídio conforme reincidência do agente.
- (C) Enquadrar o homicídio qualificado como crime hediondo.
- (D) Enquadrar apenas homicídio culposo como crime hediondo.
- (E) Enquadrar qualquer homicídio simples como crime hediondo.

Questão 03

Em um curso de aperfeiçoamento funcional, integrantes da guarda municipal analisavam suas atribuições institucionais diante de situações cotidianas envolvendo praças, prédios públicos e serviços municipais. O instrutor ressaltou que a atuação da corporação deveria

respeitar estritamente as competências legais previstas no Estatuto Geral das Guardas Municipais. A análise foi limitada ao texto literal da lei federal, sem consulta a outras fontes.

Com base exclusivamente no disposto no Art. 4º da Lei federal nº 13.022/2014, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Proteger interesses estaduais em cooperação obrigatória.
- (B) Proteger bens, serviços e instalações pertencentes ao Município.
- (C) Proteger bens privados mediante atuação repressiva contínua.
- (D) Proteger pessoas em atividades típicas de polícia judiciária.
- (E) Proteger a ordem pública por meio de investigação criminal.

Questão 04

Durante o planejamento de políticas públicas, gestores analisaram o alcance institucional do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. O objetivo era compreender quais áreas de atuação são expressamente abrangidas pelo sistema, conforme previsão legal. A orientação técnica foi restringir a análise ao texto literal da lei federal.

Com base exclusivamente no disposto no Art. 3º da Lei federal nº 11.343/2006, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Integrar exclusivamente políticas de saúde pública.
- (B) Integrar somente ações voltadas ao sistema prisional.
- (C) Integrar prevenção, atenção, reinserção social e repressão.
- (D) Integrar apenas ações repressivas de natureza policial.
- (E) Integrar atividades sem articulação institucional.

Questão 05

Em determinado Estado da Federação, após sucessivos episódios de violência urbana registrados em áreas metropolitanas e em municípios do interior, o Poder Executivo instituiu um comitê interinstitucional permanente para reorganizar as ações de segurança pública. Esse comitê passou a reunir representantes das polícias, do sistema penitenciário, das guardas municipais e de órgãos administrativos, com o objetivo de alinhar estratégias, definir prioridades e padronizar a atuação estatal. Durante a elaboração do plano estratégico, surgiu a necessidade de identificar quais fundamentos legais deveriam orientar a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, especialmente no que se refere aos princípios expressamente previstos na legislação federal que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública. A assessoria jurídica alertou que a análise deveria ser feita de forma estritamente literal, sem qualquer consideração de doutrina, regulamentos infralegais ou jurisprudência.

Com base exclusivamente no disposto no Art. 4º da Lei federal nº 13.675/2018, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Garantir autonomia absoluta aos órgãos de segurança, sem integração sistêmica.
- (B) Reconhecer a participação e o controle social como princípio da política nacional.
- (C) Autorizar a atuação dos agentes públicos sem critérios de proporcionalidade.
- (D) Priorizar a centralização decisória das ações de segurança pública na União.
- (E) Estabelecer a primazia da repressão penal sobre ações preventivas e sociais.

Questão 06

Durante atendimento a uma ocorrência em prédio público municipal, agentes da guarda municipal presenciaram a prática de infração penal em situação de flagrante. Após cessada a conduta, surgiu a dúvida sobre qual providência deveria ser adotada, considerando os limites legais da atuação da corporação. A chefia determinou observância estrita ao Estatuto Geral das Guardas Municipais, sem interpretações ampliativas.

Com base exclusivamente no disposto no Art. 5º, inciso XIV, da Lei federal nº 13.022/2014, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Encaminhar o autor da infração para procedimento interno próprio.
- (B) Encaminhar o autor da infração após lavratura de inquérito.
- (C) Encaminhar o autor da infração diretamente ao Poder Judiciário.
- (D) Encaminhar o autor da infração ao delegado de polícia.
- (E) Encaminhar o autor da infração à autoridade administrativa local.

Questão 07

Após adquirir regularmente arma de fogo de uso permitido, um cidadão buscou esclarecimentos sobre os limites legais para mantê-la, especialmente quanto aos locais autorizados. A análise foi realizada apenas com base no Estatuto do Desarmamento, sem consideração de regulamentos infralegais.

Com base exclusivamente no disposto no Art. 5º da Lei federal nº 10.826/2003, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Manter a arma em veículos em trânsito urbano.
- (B) Manter a arma na residência, domicílio ou local de trabalho.
- (C) Manter a arma em qualquer local público de circulação.
- (D) Manter a arma em locais definidos pelo próprio interessado.
- (E) Manter a arma em ambientes coletivos diversos.

Questão 08

Em curso de formação continuada, servidores analisavam o conceito legal de crimes hediondos, com foco na identificação objetiva desses delitos. O instrutor ressaltou que a análise deveria se limitar ao rol expresso da lei federal vigente.

Com base exclusivamente no disposto no Art. 1º da Lei federal nº 8.072/1990, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Considerar hediondos todos os crimes cometidos com violência.
- (B) Considerar hediondos os crimes definidos pelo juiz.
- (C) Considerar hediondos os crimes conforme reincidência.
- (D) Considerar hediondos os crimes expressamente previstos em lei.
- (E) Considerar hediondos apenas crimes contra a vida.

Questão 09

Em uma atividade institucional voltada à orientação da população, discutiu-se a extensão da proibição de drogas no território nacional. Questionou-se se a lei admitiria exceções e em quais hipóteses elas poderiam ocorrer. A análise foi realizada exclusivamente com base na Lei de Drogas, afastando decretos e entendimentos complementares.

Com base exclusivamente no disposto no Art. 2º da Lei federal nº 11.343/2006, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Admitir exceções mediante autorização judicial individual.
- (B) Admitir exceções sem previsão normativa específica.
- (C) Admitir exceções para consumo pessoal irrestrito.
- (D) Admitir exceções mediante autorização administrativa estadual.
- (E) Admitir exceções mediante autorização legal ou regulamentar.

Questão 10

Durante capacitação técnica promovida no âmbito da administração pública, servidores analisaram as atribuições legais conferidas ao Sistema Nacional de Armas, com o objetivo de compreender o alcance do controle estatal sobre armas de fogo no território nacional. A discussão concentrou-se nas competências administrativas expressamente previstas na legislação federal vigente, especialmente aquelas relacionadas ao registro e ao acompanhamento de informações sobre armas e seus proprietários. A orientação jurídica determinou que a análise fosse realizada de forma estritamente literal, sem recorrer a regulamentos, atos infralegais ou interpretações ampliativas.

Com base exclusivamente no disposto no Art. 2º da Lei federal nº 10.826/2003, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Reconhecer a competência para legislar sobre uso e circulação de armamentos.

- (B) Reconhecer a competência para fiscalizar exclusivamente armas de uso militar.
- (C) Reconhecer a competência para autorizar porte de arma sem controle cadastral.
- (D) Reconhecer a competência para registrar e controlar armas, autorizações e transferências.
- (E) Reconhecer a competência para julgar infrações penais envolvendo armas de fogo e armas brancas.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Questão 11

No exercício das atividades de assessoramento jurídico no âmbito da administração pública, determinada situação funcional foi submetida à análise técnica para verificar a regularidade da atuação de agente público no desempenho de suas atribuições. Durante a avaliação, surgiu a discussão sobre se uma divergência na interpretação da norma jurídica ou na apreciação dos fatos, por si só, poderia caracterizar abuso de autoridade. A equipe considerou o contexto decisório, as atribuições legais do agente e os limites impostos ao exercício da função pública. Diante da necessidade de garantir segurança jurídica, a autoridade responsável determinou que a avaliação observasse estritamente a legalidade e os requisitos de tipicidade previstos na legislação aplicável, inclusive quanto aos elementos exigidos para responsabilização. Ficou definido, ainda, que a análise seria feita exclusivamente com base no texto literal da norma federal, sem analogia, doutrina ou jurisprudência.

Com base exclusivamente na Lei federal nº 13.869/2019, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Considerar que a divergência na interpretação da lei ou dos fatos gera responsabilidade automática do agente.
- (B) Considerar que a divergência na interpretação da lei ou dos fatos presume abuso de autoridade.
- (C) Considerar que a divergência na interpretação da lei ou dos fatos depende da ocorrência de dano específico.
- (D) Considerar que a divergência na interpretação da lei ou dos fatos não configura abuso de autoridade.
- (E) Considerar que toda divergência na interpretação da lei ou dos fatos configura abuso de autoridade.

Questão 12

No âmbito das atividades de atendimento realizadas por órgão público especializado no enfrentamento à violência de gênero, servidores foram acionados para analisar uma situação concreta envolvendo conflito ocorrido no contexto de uma relação interpessoal. Durante o atendimento inicial, surgiram dúvidas quanto ao enquadramento jurídico da conduta narrada, especialmente no que se refere à sua caracterização como violência doméstica e familiar contra a mulher. A análise envolveu a verificação do vínculo existente entre

as partes, das circunstâncias do fato e do contexto relacional em que a conduta teria ocorrido, a fim de orientar corretamente os encaminhamentos institucionais cabíveis. Diante da relevância da decisão e da necessidade de observância estrita da legalidade, a autoridade responsável determinou que o enquadramento fosse realizado com base exclusiva na legislação federal específica que trata da matéria, afastando qualquer interpretação extensiva, analogia ou consideração de entendimentos externos.

Com base exclusivamente na Lei Federal nº 11.340/2006 (sem considerar jurisprudência ou doutrina), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A incidência da Lei nº 11.340/2006 limita-se às situações ocorridas dentro do domicílio da vítima.
- (B) A violência doméstica pode ser caracterizada no âmbito de relação íntima de afeto, ainda que não haja coabitação.
- (C) A violência doméstica somente se caracteriza quando houver agressão física praticada no ambiente residencial.
- (D) A configuração da violência doméstica exige vínculo jurídico formal entre agressor e vítima.
- (E) A violência doméstica e familiar contra a mulher depende de coabitação contínua entre as partes envolvidas para sua caracterização legal.

Questão 13

No contexto do planejamento e da formulação de políticas públicas voltadas à proteção de direitos fundamentais, gestores da administração pública reuniram-se para analisar situações concretas envolvendo conflitos no âmbito das relações familiares. Durante os trabalhos técnicos, discutiu-se a necessidade de correta identificação das diferentes formas de violência doméstica reconhecidas pela legislação vigente, a fim de orientar ações preventivas, fluxos de atendimento e capacitação de servidores que atuam diretamente com o público. A análise considerou exclusivamente os conceitos legais previstos na norma federal aplicável, buscando assegurar uniformidade de entendimento e evitar interpretações restritivas ou ampliativas indevidas. Diante disso, a autoridade responsável determinou que o exame da matéria fosse realizado com estrita observância da legalidade, limitando-se ao texto literal da legislação que disciplina a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Com base exclusivamente na Lei Federal nº 11.340/2006 (sem considerar jurisprudência ou doutrina), assinale a alternativa CORRETA quanto às formas de violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na lei supracitada.

- (A) A violência psicológica caracteriza-se apenas quando houver ameaça concreta à integridade física da vítima, não sendo suficiente a ocorrência de constrangimentos, humilhações ou manipulações emocionais reiteradas.

- (B) A legislação reconhece como formas de violência doméstica as modalidades física, psicológica e moral, excluindo a patrimonial quando não houver prejuízo econômico relevante.
- (C) A lei prevê expressamente as violências física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, definindo cada uma delas com elementos próprios.
- (D) A violência patrimonial restringe-se à destruição ou retenção de bens comuns do casal, não alcançando documentos pessoais, objetos de uso exclusivo da vítima ou recursos financeiros sob sua titularidade.
- (E) A violência sexual depende da existência de vínculo conjugal formal entre agressor e ofendida, não se aplicando a situações decorrentes de outras formas de relação íntima ou convivência afetiva.

Questão 14

No âmbito de um procedimento disciplinar instaurado por órgão da administração pública, uma comissão foi designada para apurar a regularidade da conduta adotada por agentes responsáveis pela custódia de determinada pessoa. Durante a instrução do feito, a comissão colheu depoimentos, analisou registros oficiais e examinou as circunstâncias em que ocorreram os fatos, constatando que o custodiado havia sido submetido a sofrimento físico ou mental intenso como forma de punição, sem amparo em medida legal ou disciplinar legítima. A apuração evidenciou que a conduta extrapolou os limites do exercício regular de função pública, exigindo o correto enquadramento jurídico. Diante disso, a comissão processante determinou que a análise fosse realizada com rigor técnico e absoluto respeito à legalidade estrita, limitando-se exclusivamente ao texto literal da legislação federal que define os crimes de tortura, afastando qualquer interpretação externa, doutrinária ou jurisprudencial.

De acordo com a literalidade da Lei nº 9.455/1997, constitui crime de tortura:

- (A) A restrição de liberdade autorizada por norma interna regularmente editada.
- (B) O desconforto eventual decorrente da custódia em ambiente regular.
- (C) A imposição de sofrimento físico ou mental como forma de castigo.
- (D) A aplicação de medida disciplinar regular prevista em regulamento próprio.
- (E) O procedimento legalmente instaurado conforme previsão normativa vigente.

Questão 15

No âmbito das atividades de controle interno e responsabilização funcional exercidas pela administração pública, foi instaurado procedimento para examinar a conduta de agente público no desempenho de suas atribuições institucionais. Durante os trabalhos da comissão designada, surgiram questionamentos quanto

à possibilidade de determinado comportamento configurar crime de abuso de autoridade, especialmente diante de alegações de excesso no exercício da função. A análise do caso envolveu a verificação das circunstâncias concretas, do contexto da atuação funcional e das motivações atribuídas ao agente, a fim de orientar corretamente a conclusão do procedimento. Considerando a relevância do enquadramento jurídico e a necessidade de observância rigorosa do princípio da legalidade, a comissão foi expressamente orientada a pautar sua avaliação apenas nos requisitos legais previstos na legislação federal específica que trata dos crimes de abuso de autoridade, afastando interpretações ampliativas, entendimentos jurisprudenciais ou construções doutrinárias.

Com base exclusivamente na Lei federal nº 13.869/2019, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Atuação do agente com finalidade de prejudicar outrem ou beneficiar a si ou a terceiro.
- (B) Atuação do agente resultante de decisão posteriormente considerada desfavorável.
- (C) Atuação do agente caracterizada apenas como irregularidade administrativa.
- (D) Atuação do agente decorrente de erro escusável na interpretação da lei.
- (E) Atuação do agente motivada por inconformismo subjetivo da parte interessada.

Questão 16

No curso de procedimento investigatório instaurado por órgão público competente, apurou-se que determinado indivíduo passou a divulgar, de forma reiterada e sistemática, mensagens com conteúdo discriminatório por meio de redes sociais e outros instrumentos de comunicação acessíveis ao público em geral. Durante a instrução do feito, foram analisados registros digitais, relatórios técnicos e manifestações formais, constatando-se que o conteúdo veiculado possuía potencial de ampla disseminação e impacto social relevante. Diante da necessidade de correto enquadramento jurídico da conduta, a autoridade policial responsável determinou que a tipificação penal fosse realizada com absoluto rigor técnico, limitando-se à literalidade da legislação penal extravagante aplicável, sem considerar entendimentos jurisprudenciais, construções doutrinárias ou interpretações ampliativas.

Com base exclusivamente na Lei federal nº 7.716/1989, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Considera-se crime manifestar opinião crítica individual.
- (B) Considera-se crime expressar discordância ideológica pessoal.
- (C) Considera-se crime divulgar notícia falsa sem preconceito.
- (D) Considera-se crime induzir ou incitar discriminação.
- (E) Considera-se crime divulgar informação ofensiva genérica.

Questão 17

No curso de apuração penal conduzida por órgão competente, passou-se a analisar a conduta de determinado agente público que, no exercício de suas atribuições funcionais, tinha o dever legal de agir para impedir ou apurar práticas ilícitas ocorridas sob sua esfera de responsabilidade. Durante a investigação, apurou-se que, mesmo ciente da ocorrência de atos graves praticados contra pessoa submetida à custódia estatal, o agente permaneceu inerte, deixando de adotar as providências que lhe eram funcionalmente exigidas. A instrução do procedimento envolveu a análise de relatórios oficiais, depoimentos e registros administrativos, evidenciando a omissão diante de situação que demandava atuação imediata. Diante da necessidade de correto enquadramento jurídico da conduta, a autoridade responsável determinou que a análise fosse realizada com observância estrita da legalidade, limitando-se exclusivamente ao texto literal da legislação federal que define os crimes de tortura, sem recurso a interpretações ampliativas, entendimentos jurisprudenciais ou construções doutrinárias.

Com base exclusivamente na Lei Federal nº 9.455/1997 (sem considerar jurisprudência ou doutrina), sobre a responsabilidade penal por omissão nela prevista, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A omissão é irrelevante quando não houver intenção específica.
- (B) O agente somente responde se tiver praticado diretamente a tortura.
- (C) A responsabilidade depende de condenação prévia do autor principal.
- (D) A conduta omissiva gera apenas sanção administrativa.
- (E) O agente responde quando, tendo dever legal, deixa de agir.

Questão 18

Durante ação de fiscalização de rotina realizada por servidores públicos em estabelecimento comercial aberto ao público, no exercício regular do poder de polícia administrativa, foi relatado que determinado cidadão teve seu acesso ao local impedido pelos responsáveis pelo atendimento.

Na apuração preliminar, com a oitiva de funcionários, testemunhas e do responsável pelo estabelecimento, verificou-se que a negativa de acesso não se fundamentou em critérios administrativos, contratuais, econômicos, operacionais ou de segurança previamente estabelecidos. Constatou-se, ainda, que a negativa de acesso decorreu de preconceito de raça ou de cor, circunstância expressamente tipificada como ilícito penal na legislação federal específica.

Diante do caso concreto, a autoridade competente determinou que o enquadramento jurídico fosse analisado com estrita observância ao texto literal da legislação aplicável, vedada a utilização de analogia ou

interpretação extensiva.

Com base exclusivamente na Lei Federal nº 7.716/1989 (sem considerar jurisprudência ou doutrina), assinale a alternativa correta.

- (A) O descumprimento contratual autoriza o enquadramento como crime de discriminação.
- (B) A negativa de acesso fundada em limitação operacional configura crime.
- (C) A negativa de acesso motivada por discriminação configura crime nos termos da lei.
- (D) O impedimento de ingresso motivado por critério econômico constitui ilícito penal.
- (E) A recusa baseada em conveniência administrativa caracteriza infração penal.

Questão 19

No contexto de atividades de controle e supervisão exercidas pela administração pública, foi instaurada apuração administrativa para verificar a regularidade da atuação de servidores e terceiros envolvidos em procedimento judicial que tramitava sob sigilo de justiça. Durante a análise dos fatos, constatou-se a divulgação indevida de informações sensíveis relacionadas a adolescente, incluindo dados capazes de permitir sua identificação, em desacordo com os deveres legais de proteção à imagem, à intimidade e à dignidade do menor. A investigação considerou documentos oficiais, registros de comunicação e relatos colhidos ao longo do procedimento, evidenciando que a divulgação ocorreu fora das hipóteses legalmente admitidas. Diante da necessidade de correto enquadramento jurídico da conduta, a orientação jurídica foi no sentido de que a análise se restringisse exclusivamente à legislação específica de proteção à criança e ao adolescente, observando-se apenas o texto literal da norma vigente, sem aplicação de normas complementares, analogias ou entendimentos externos.

Com base exclusivamente na Lei Federal nº 8.069/1990 (sem considerar jurisprudência ou doutrina), assinale a alternativa correta.

- (A) A divulgação de conteúdo educativo institucional constitui crime.
- (B) A divulgação de imagem que não permita identificação do adolescente constitui crime.
- (C) A divulgação de informação genérica sem vínculo com procedimento constitui crime.
- (D) A divulgação de nome de adolescente que permita sua identificação constitui crime.
- (E) A divulgação de dado estatístico referente a políticas públicas constitui crime.

Questão 20

No âmbito das atividades regulares de fiscalização promovidas pela administração pública, uma equipe técnica foi designada para avaliar as condições de funcionamento de uma entidade de atendimento voltada

ao acolhimento de crianças. Ao longo da inspeção, os servidores responsáveis identificaram que menores sob a responsabilidade institucional haviam sido expostos a situação de caráter humilhante diante de terceiros, em desacordo com os deveres legais de proteção e respeito à dignidade infantojuvenil. A apuração dos fatos envolveu a análise de rotinas internas, a oitiva de profissionais da entidade e o registro das circunstâncias em que ocorreram os episódios relatados. Considerando a natureza da conduta e a necessidade de adequado enquadramento jurídico, a autoridade administrativa determinou que a análise fosse realizada com estrita observância da legislação específica de proteção à criança e ao adolescente, limitando-se exclusivamente ao texto literal da norma, sem recurso a interpretações extensivas ou fontes externas.

Com base exclusivamente na Lei Federal nº 8.069/1990 (sem considerar jurisprudência ou doutrina), assinale a alternativa correta.

- (A) Submeter criança a orientação institucional genérica caracteriza conduta típica.
- (B) Submeter criança ou adolescente a vexame constitui crime previsto na lei.
- (C) Aplicar advertência formal a adolescente constitui infração criminal.
- (D) Submeter adolescente a regra disciplinar interna configura crime.
- (E) Submeter criança a situação administrativa irregular caracteriza ilícito penal.

CÓDIGO PENAL

Questão 21

O Código Penal classifica a lesão corporal conforme o resultado produzido, distinguindo modalidades leves, graves e gravíssimas. À luz exclusivamente da redação legal vigente, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A incapacidade permanente para o trabalho caracteriza lesão corporal simples, salvo se houver também perigo de vida comprovado.
- (B) Se da lesão resulta deformidade permanente ou perda de membro, configura-se automaticamente lesão corporal leve, independentemente da extensão do dano causado.
- (C) A lesão corporal culposa admite qualificadora por motivo torpe quando demonstrada a intenção indireta de produzir resultado lesivo mais gravoso.
- (D) Se da lesão resulta incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, configura-se lesão corporal de natureza grave, nos termos da lei penal.
- (E) A lesão corporal seguida de morte exige dolo direto de matar, sendo inaplicável quando o resultado decorre exclusivamente de culpa do agente.

Questão 22

O Código Penal tipifica diversas modalidades de

homicídio, prevendo hipóteses qualificadas e privilegiadas conforme as circunstâncias do fato. Considerando exclusivamente a literalidade da lei penal, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O homicídio é qualificado quando cometido mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe, conforme expressamente previsto na lei penal.
- (B) O homicídio privilegiado ocorre quando o agente pratica o fato mediante recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima, circunstância que, segundo disposição legal, enseja a incidência de causa especial de diminuição de pena em razão do modo de execução do delito.
- (C) A indução ou instigação ao suicídio é punível independentemente da ocorrência de morte ou lesão corporal grave da vítima.
- (D) O infanticídio pode ser praticado por qualquer pessoa que cause a morte de recém-nascido nas primeiras horas de vida, bastando, para sua configuração típica, a comprovação do resultado morte e da condição etária da vítima.
- (E) O homicídio culposos admite qualificadora por motivo torpe quando demonstrada imprudência grave do agente na produção do resultado.

Questão 23

O Código Penal estabelece disciplina específica para o agente inimputável que pratica fato típico e ilícito, prevendo a aplicação de medidas de segurança conforme a periculosidade constatada. Considerando exclusivamente o texto legal, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O agente inimputável que praticar fato típico e ilícito ficará sujeito à medida de segurança consistente em internação ou tratamento ambulatorial, conforme previsão legal e avaliação da periculosidade.
- (B) A medida de segurança possui prazo determinado fixo e não pode ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito.
- (C) O agente inimputável será absolvido sem qualquer consequência jurídica, uma vez reconhecida a ausência de culpabilidade penal.
- (D) A internação será obrigatória em todos os casos de inimputabilidade, independentemente de exame pericial que ateste a periculosidade do agente.
- (E) A medida de segurança será aplicada cumulativamente com pena privativa de liberdade sempre que houver reincidência do inimputável.

Questão 24

O Código Penal prevê tipos penais específicos destinados à tutela da moralidade administrativa e à repressão de condutas praticadas por funcionário público contra a Administração. Considerando exclusivamente a descrição legal dos crimes previstos no Título XI, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apropriar-se de dinheiro público recebido por erro de terceiro caracteriza o crime de concussão, por envolver obtenção indevida de vantagem.
- (B) Retardar ou deixar de praticar ato de ofício, visando satisfazer interesse pessoal, configura corrupção ativa quando há participação de particular.
- (C) Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, ainda que para influenciar ato regular de ofício, caracteriza o crime de corrupção passiva.
- (D) Exigir vantagem indevida para praticar ato legal configura o crime de prevaricação, por envolver interesse pessoal do agente público.
- (E) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, caracteriza o crime de corrupção passiva.

Questão 25

O Código Penal disciplina a estrutura do crime e prevê hipóteses legais de exclusão da ilicitude e da culpabilidade. Considerando exclusivamente os dispositivos constantes do Decreto-Lei nº 2.848/1940, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A inimizabilidade exclui a tipicidade do fato, afastando o reconhecimento da própria infração penal e impedindo a responsabilização do agente, ainda que a conduta por ele praticada esteja formalmente descrita como crime na legislação penal vigente.
- (B) O estado de necessidade constitui causa legal de exclusão da tipicidade, tornando juridicamente atípica a conduta quando o agente atua para proteger direito próprio diante de perigo atual e inevitável.
- (C) A exclusão da ilicitude depende da comprovação de erro plenamente escusável quanto à existência de causa justificante expressamente prevista na legislação penal vigente.
- (D) Considera-se crime todo fato típico, ilícito e culpável, sendo a culpabilidade elemento expressamente previsto no Código Penal como requisito formal integrante da própria definição legal de crime, indispensável, segundo disposição textual, à caracterização normativa do delito.
- (E) Considera-se crime o fato típico e ilícito; a inimizabilidade decorrente de doença mental que torne o agente inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se conforme esse entendimento exclui a culpabilidade e impede a aplicação de pena.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 26

A Constituição estabelece sistema rígido de repartição de competências entre os entes federativos, visando à preservação do pacto federativo e à harmonia institucional. Considerando exclusivamente o texto

constitucional, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Compete privativamente à União legislar sobre direito comercial, eleitoral, agrário, espacial e do trabalho.
- (B) Compete aos Estados legislar privativamente sobre direito civil e comercial.
- (C) Compete aos Municípios legislar privativamente sobre direito penal e processual penal.
- (D) Compete privativamente aos Municípios legislar sobre desapropriação e requisições civis.
- (E) Compete à União, aos Estados e aos Municípios legislar concorrentemente sobre direito penal.

Questão 27

A Constituição da República estabelece fundamentos estruturantes do Estado brasileiro, conferindo-lhes natureza normativa vinculante e eficácia imediata. Considerando exclusivamente o texto constitucional, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Constituem fundamentos da República Federativa do Brasil a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- (B) Constituem fundamentos da República Federativa do Brasil a igualdade material, a legalidade administrativa, a moralidade pública e a eficiência estatal.
- (C) Constituem princípios regentes da República Federativa do Brasil, nas suas relações internas, a independência nacional, a autodeterminação dos povos e a solução pacífica dos conflitos.
- (D) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a soberania, a cidadania, o pluralismo político, a livre iniciativa e a valorização do trabalho humano.
- (E) Constituem fundamentos da República Federativa do Brasil a soberania, a cidadania, os direitos sociais, a dignidade da pessoa humana e a prevalência dos direitos humanos.

Questão 28

A Constituição disciplina instrumentos processuais destinados à tutela imediata de direitos fundamentais contra ilegalidades ou abusos de poder. Considerando exclusivamente o texto constitucional, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O habeas data assegura ao interessado o conhecimento de informações constantes de registros públicos ou bancos de dados governamentais, sendo também meio constitucional para impugnar atos administrativos ilegais de forma ampla e irrestrita.

- (B) O mandado de segurança destina-se à proteção de direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando a ilegalidade ou o abuso de poder for praticado por autoridade pública ou por agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (C) O mandado de injunção será utilizado sempre que houver ilegalidade praticada por agente estatal, ainda que exista norma regulamentadora disciplinando integralmente o direito constitucional cuja efetividade se pretende assegurar.
- (D) A ação popular poderá ser proposta por qualquer pessoa jurídica regularmente constituída, desde que demonstre interesse legítimo na defesa do patrimônio público, da moralidade administrativa ou do meio ambiente.
- (E) O habeas corpus é cabível para proteger qualquer direito fundamental ameaçado por autoridade pública, ainda que não exista violação concreta à liberdade de locomoção ou situação de coação relacionada ao direito de ir e vir.

Questão 29

A Constituição estabelece regras específicas sobre investidura, estabilidade e perda do cargo de servidor público civil. Considerando exclusivamente o texto constitucional, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A estabilidade no serviço público é adquirida após dois anos de efetivo exercício em cargo de provimento efetivo, independentemente de avaliação especial de desempenho realizada por comissão instituída para essa finalidade.
- (B) O servidor público estável somente poderá perder o cargo mediante sentença judicial transitada em julgado, não sendo admitida a perda por processo administrativo disciplinar com ampla defesa.
- (C) A investidura em cargo público poderá ocorrer sem aprovação prévia em concurso público, desde que haja autorização legal específica e previsão orçamentária suficiente para a nomeação.
- (D) A perda do cargo do servidor estável não poderá decorrer de avaliação periódica de desempenho, ainda que prevista em lei complementar e assegurada a ampla defesa.
- (E) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, observadas as exigências constitucionais pertinentes ao estágio probatório.

Questão 30

A Constituição disciplina as competências institucionais do Congresso Nacional, estabelecendo atribuições privativas e competências exclusivas. Considerando exclusivamente o texto constitucional, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Incumbe ao Congresso Nacional, em sessão conjunta, processar e julgar o Presidente da República nos crimes comuns e de responsabilidade, mediante deliberação da maioria absoluta de seus membros.
- (B) À Câmara dos Deputados compete processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade, cabendo ao Senado Federal apenas a aplicação formal das sanções eventualmente impostas.
- (C) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, conforme expressamente previsto na Constituição da República.
- (D) Cabe ao Senado Federal autorizar a instauração de processo por crime comum contra o Presidente da República, exigindo-se para tanto deliberação da maioria simples de seus integrantes.
- (E) Ao Supremo Tribunal Federal compete processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade, observadas as garantias constitucionais inerentes ao devido processo legal.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE TEOTÔNIO VILELA - AL

Questão 31

A configuração demográfica de Teotônio Vilela pode ser compreendida a partir de indicadores populacionais e de sua inserção na rede urbana regional. O comportamento da população reflete transformações socioeconômicas e padrões migratórios observados em municípios do interior alagoano. A análise desses aspectos contribui para a compreensão da dinâmica humana no espaço municipal.

Com base nesse contexto, examine as assertivas.

- I. O município apresenta dinâmica populacional influenciada por fluxos migratórios regionais.
- II. A população local demonstra relação direta com atividades econômicas do entorno regional.
- III. O município mantém crescimento populacional contínuo e acelerado ao longo do tempo.
- IV. A distribuição populacional está associada à organização urbana e rural do território.
- V. O comportamento demográfico independe de fatores socioeconômicos.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e IV apenas.
- (B) I, II, III e IV apenas.
- (C) II e III apenas.
- (D) II, IV e V apenas.
- (E) I, III e V apenas.

Questão 32

A organização histórica do Município de Teotônio Vilela está relacionada a processos de ocupação, redefinição administrativa e construção de vínculos políticos regionais. A consolidação do território municipal envolveu relações com municípios vizinhos e a posterior afirmação de uma identidade própria. Esses elementos contribuíram para a estruturação do poder local e para o reconhecimento institucional do município no estado de Alagoas.

A partir desse contexto, analise as afirmações a seguir e registre V (verdadeiro) ou F (falso):

(___) O município surgiu a partir de um povoado anteriormente vinculado a outro ente municipal.

(___) A formação do território ocorreu de maneira totalmente isolada, sem relações regionais.

(___) A autonomia administrativa resultou de um processo legal conduzido pelo poder público estadual.

(___) A denominação do município está associada a uma figura política de destaque nacional.

(___) O município foi criado sem vínculos com processos políticos formais.

A sequência CORRETA, de cima para baixo é:

- (A) F, V, F, V, V.
- (B) V, F, F, V, V.
- (C) V, V, F, F, V.
- (D) F, F, V, V, F.
- (E) V, F, V, V, F.

Questão 33

A organização político-administrativa de Teotônio Vilela segue os princípios estabelecidos pela legislação brasileira para os municípios. Essa estrutura envolve a atuação de poderes locais responsáveis pela gestão pública e pela representação da população. A compreensão dessa organização é fundamental para o entendimento do funcionamento institucional do município.

Diante desse contexto, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As decisões administrativas são tomadas exclusivamente por órgãos estaduais.
- (B) O município não dispõe de representação política própria.
- (C) A estrutura política municipal não segue normas constitucionais.
- (D) O município possui autonomia administrativa exercida por poderes Executivo e Legislativo locais.
- (E) A administração municipal é controlada diretamente pelo governo federal.

Questão 34

As atividades econômicas desenvolvidas em Teotônio

Vilela estão relacionadas às características regionais e à inserção do município na economia estadual. A estrutura produtiva local influencia a geração de renda e a ocupação da população. A análise desse quadro permite compreender o papel do município no contexto econômico regional.

Com base nesse cenário, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O município não apresenta atividades produtivas relevantes.
- (B) A economia municipal apresenta forte relação com atividades agropecuárias e de serviços.
- (C) As atividades econômicas locais são independentes das características regionais.
- (D) O município baseia sua economia exclusivamente na indústria de grande porte.
- (E) O setor primário não exerce qualquer influência sobre a economia municipal.

Questão 35

O espaço geográfico do município de Teotônio Vilela resulta da combinação entre elementos naturais e formas de ocupação humana. Fatores como clima, relevo e cobertura vegetal condicionam práticas econômicas, organização do território e uso do solo. A paisagem observada no município é, portanto, produto da interação contínua entre a natureza e a ação antrópica. A compreensão desses aspectos é fundamental para a análise da realidade físico-geográfica local.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os elementos naturais exercem influência limitada apenas às áreas de preservação, sem interferir no uso produtivo do solo.
- (B) O território apresenta predomínio de clima frio ao longo do ano, restringindo o desenvolvimento de atividades agrícolas.
- (C) A vegetação local é formada exclusivamente por manguezais, típicos de áreas litorâneas permanentemente alagadas.
- (D) O município localiza-se em área de clima predominantemente quente, com formações vegetais adaptadas às condições ambientais regionais.
- (E) O relevo municipal inviabiliza a ocupação humana permanente em todo o seu território.

INFORMÁTICA

Questão 36

Um servidor público utiliza um computador com Windows em português para organizar documentos administrativos e executar tarefas rotineiras. Durante o expediente, ele precisa acessar arquivos recentemente utilizados, alternar entre janelas abertas, localizar rapidamente um programa instalado e encerrar corretamente um aplicativo que deixou de responder. Considerando os

recursos básicos do sistema operacional Windows, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Quando um programa deixa de responder, a única forma adequada de encerrá-lo é reiniciar completamente o computador por meio do botão Desligar.
- (B) O atalho de teclado Ctrl + A permite alternar entre janelas abertas no ambiente de trabalho do Windows.
- (C) A Barra de Tarefas permite visualizar aplicativos em execução, alternar entre janelas abertas e acessar o Menu Iniciar, que reúne programas, configurações e opções de desligamento.
- (D) A Lixeira armazena permanentemente arquivos excluídos, impedindo sua recuperação após o processo de exclusão.
- (E) O Explorador de Arquivos tem como função principal executar programas instalados no sistema, não sendo utilizado para organização ou visualização de pastas e documentos.

Questão 37

Os servidores de uma prefeitura municipal utilizam diferentes recursos de rede para desempenhar suas atividades. Parte das informações institucionais é acessada por qualquer cidadão, enquanto outros sistemas são restritos aos setores internos, exigindo autenticação e estando disponíveis apenas na rede da organização. Com base nos conceitos de Internet e Intranet, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A Intranet é formada exclusivamente por computadores conectados à Internet, sem possibilidade de funcionamento em redes locais isoladas, não podendo ser utilizada em ambientes corporativos internos sem acesso à rede pública.
- (B) A principal diferença entre Internet e Intranet está no tipo de equipamento utilizado, já que apenas a Internet permite o uso de servidores e protocolos padronizados.
- (C) A Internet consiste em uma rede pública de alcance mundial, enquanto a Intranet corresponde a uma rede privada que utiliza tecnologias semelhantes às da Internet, mas com acesso restrito a uma organização.
- (D) A Intranet substitui completamente a Internet nas organizações, tornando desnecessário o acesso a redes externas para comunicação institucional, eliminando qualquer necessidade de conexão com provedores ou serviços externos para troca de informações.
- (E) O acesso à Internet depende obrigatoriamente de autenticação individual, enquanto a Intranet dispensa qualquer controle de usuários, não exigindo login, senha ou qualquer mecanismo de autorização para utilização de seus recursos internos.

Questão 38

Em um órgão público, servidores utilizam rotineiramente o Microsoft Office para elaboração de relatórios, organização de dados administrativos e apresentação de informações em reuniões institucionais. Considerando funcionalidades usuais do Microsoft Word, Microsoft Excel e Microsoft PowerPoint, em suas versões em português, analise as assertivas a seguir e assinale V (Verdadeiro) ou F (Falso):

(__) No Microsoft Word, o uso de estilos de texto permite padronizar títulos e parágrafos, facilitando a criação automática de sumários e a manutenção da formatação do documento.

(__) O Microsoft Excel possibilita a realização de cálculos automáticos por meio de fórmulas e funções, sendo comum a utilização de referências relativas e absolutas para controlar a forma como as células são copiadas.

(__) No Excel, a aplicação de filtros em uma planilha altera permanentemente os dados originais, eliminando registros que não atendem aos critérios definidos.

(__) O Microsoft PowerPoint permite a inserção de elementos multimídia, como imagens e vídeos, além de oferecer recursos de transição e animação que podem ser aplicados aos slides conforme o objetivo da apresentação.

(__) A criação de gráficos no Excel e sua posterior inserção em documentos do Word ou slides do PowerPoint pode manter vínculo com a planilha de origem, possibilitando atualização dos dados exibidos.

(__) No PowerPoint, o uso de layouts e do Slide Mestre contribui para a uniformização visual da apresentação, reduzindo ajustes manuais repetitivos em cada slide.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA de V (verdadeiro) e F (falso), de cima para baixo:

- (A) F, V, V, F, V, V.
- (B) V, F, F, V, V, V.
- (C) V, V, F, F, V, F.
- (D) V, V, F, V, V, V.
- (E) V, V, V, V, F, V.

Questão 39

Em um setor administrativo que lida diariamente com documentos digitais sensíveis, um técnico em informática foi incumbido de revisar as práticas adotadas para armazenamento de dados e realização de cópias de segurança. O objetivo é reduzir riscos associados a falhas humanas, incidentes técnicos e acessos indevidos, sem comprometer a disponibilidade das informações para as rotinas de trabalho. Considerando princípios básicos de segurança da informação, bem como procedimentos e tecnologias usualmente empregados em ambientes institucionais, analise as afirmativas a seguir:

I. A adoção de cópias de segurança periódicas,

armazenadas em local distinto do sistema original, contribui para a recuperação de dados em situações como falhas de hardware ou exclusão acidental.

II. Dispositivos de armazenamento externo, como discos rígidos portáteis e unidades USB, podem ser utilizados como mídia de backup, desde que associados a práticas adequadas de controle de acesso e verificação de integridade.

III. A simples utilização de antivírus atualizado é suficiente para garantir a proteção integral dos dados armazenados, tornando desnecessárias outras medidas de segurança.

IV. Soluções de backup automatizado tendem a reduzir a dependência de ações manuais do usuário, diminuindo a probabilidade de falhas operacionais no processo de cópia.

V. O armazenamento de dados em serviços de nuvem, quando combinado com mecanismos de autenticação e criptografia, pode integrar uma estratégia de proteção da informação, embora não elimine a necessidade de políticas internas de segurança.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Apenas as afirmativas I, IV e V são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas II, III e V são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas I, II, IV e V são verdadeiras.
- (E) As afirmativas I, II, III, IV e V são verdadeiras.

Questão 40

Em um órgão público, diferentes ferramentas digitais são utilizadas para comunicação, compartilhamento de documentos e acesso a sistemas institucionais. Parte dessas soluções depende de serviços disponíveis na Internet, enquanto outras operam exclusivamente no ambiente interno da rede corporativa (Intranet).

Considerando o uso cotidiano dessas tecnologias, analise as afirmativas a seguir e assinale V (Verdadeiro) ou F (Falso):

() Aplicações acessadas por meio de navegadores web podem funcionar tanto na Internet quanto em uma Intranet, desde que estejam configuradas em servidores acessíveis ao usuário.

() O uso de correio eletrônico institucional em ambiente de Intranet dispensa completamente protocolos de comunicação padronizados, pois se trata de uma rede privada.

() Sistemas internos disponibilizados em Intranets costumam adotar mecanismos de autenticação para controle de acesso às informações.

() Na maioria das implementações institucionais que utilizam serviços em nuvem ou plataformas de videoconferência baseadas em navegador, o funcionamento depende de conexão com a Internet, ainda que existam soluções técnicas capazes de operar exclusivamente em redes locais.

() A utilização da Intranet elimina a necessidade de procedimentos de segurança da informação, já que o acesso ocorre apenas dentro da rede da instituição.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA de V (verdadeiro) e F (falso), de cima para baixo.

- (A) V, F, F, V, V.
- (B) V, V, F, V, F.
- (C) V, F, V, V, F.
- (D) F, F, V, V, V.
- (E) F, V, V, F, F.

LÍNGUA PORTUGUESA

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 41 a 45.

Cientistas registram pela primeira vez vaca usando vassoura para se coçar

Cientistas estão revendo o que acreditavam sobre as capacidades dos bovinos após a observação de um comportamento inédito protagonizado por uma vaca austríaca chamada Veronika, flagrada utilizando ferramentas com notável destreza.

O achado, relatado por pesquisadores em Viena, indica que as vacas possuem habilidades cognitivas significativamente mais complexas do que se supunha até agora.

Veronika, que vive em uma pequena vila nas montanhas do interior da Áustria, passou anos aperfeiçoando a prática de se coçar com o auxílio de galhos e cabos de vassoura, demonstrando um domínio progressivo desse comportamento.

A repercussão da história chegou a especialistas em inteligência animal na capital austríaca, que constataram que a vaca utilizava as duas extremidades de um mesmo objeto de forma funcionalmente distinta.

Para alcançar as costas ou áreas que exigiam um atrito mais intenso, Veronika recorria à parte da vassoura com cerdas. Já quando precisava de um contato mais delicado, especialmente na região sensível da barriga, optava pela extremidade lisa do cabo.

Esse tipo de uso intencional e diferenciado de ferramentas é extremamente raro no reino animal e jamais havia sido documentado em bovinos.

De acordo com Antonio Osuna-Mascaro, da Universidade de Medicina Veterinária de Viena, não se esperava que vacas fossem capazes de usar ferramentas e, menos ainda, que manipulassem um objeto como instrumento multifuncional.

Ele ressalta que, até então, comportamentos desse tipo haviam sido descritos de maneira consistente apenas em chimpanzés.

Os chimpanzés são o grupo que apresenta a maior

diversidade de uso de ferramentas depois dos seres humanos, recorrendo, por exemplo, a gravetos para capturar formigas e cupins e a pedras para quebrar nozes.

Apesar de cerca de dez mil anos de convivência entre humanos e bovinos, esta é a primeira vez que cientistas registram formalmente uma vaca utilizando uma ferramenta.

Segundo os pesquisadores, a descoberta reforça a ideia de que as vacas são mais inteligentes do que geralmente se acredita e sugere que outros indivíduos da espécie poderiam desenvolver habilidades semelhantes caso tivessem condições favoráveis.

O proprietário de Veronika, o agricultor orgânico Witgar Wiegele, afirma esperar que os talentos inesperados da vaca levem as pessoas a valorizar mais o mundo natural.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c99kjl1km1o>. adaptado.

Questão 41

Geralmente se acredita e sugere que "outros indivíduos da espécie poderiam desenvolver habilidades semelhantes" caso tivessem condições favoráveis.

Sintaticamente, é CORRETO afirmar que, na oração destacada:

- (A) O núcleo do predicado é o substantivo "habilidades", que desempenha função predicativa em relação ao sujeito.
- (B) O predicado da oração restringe-se à forma verbal "poderiam", sendo o restante da estrutura complemento nominal do sujeito.
- (C) O sujeito é "outros indivíduos da espécie", pois todo o sintagma exerce a função de quem ou quem realiza ação.
- (D) O sujeito da oração é oculto, pois não está expresso de forma explícita, sendo recuperado apenas pelo contexto discursivo anterior.
- (E) O predicado é nominal, já que o verbo "poderiam" estabelece uma característica atribuída ao sujeito por meio de valor semântico modal.

Questão 42

Para alcançar as costas ou áreas que exigiam um atrito mais intenso, Veronika recorria "à parte da vassoura" com cerdas.

Em relação ao sinal indicativo de crase, é CORRETO afirmar que, nesta frase:

- (A) O acento grave decorre da preposição "a", exigida pelo verbo "recorria", somada ao artigo feminino "a" que determina "parte".
- (B) O acento indicativo de crase é empregado porque todo substantivo feminino acompanhado de complemento nominal introduzido por "de" exige a presença da contração "à".

- (C) O uso do acento grave ocorre porque a expressão "à parte da vassoura" constitui uma locução adverbial feminina de modo, o que torna a crase obrigatória independentemente da regência verbal.
- (D) A presença do acento grave justifica-se pelo fato de o substantivo "parte" ser abstrato e, por isso, exigir artigo feminino sempre que precedido de preposição.
- (E) O uso da crase é facultativo, uma vez que o substantivo "parte" pode aparecer sem artigo definido sem prejuízo sintático ou semântico para a frase.

Questão 43

O proprietário de Veronika, o agricultor orgânico Witgar Wiegele, afirma esperar que os talentos inesperados da vaca levem as pessoas a valorizar mais o mundo natural.

Quanto à colocação pronominal, é CORRETO afirmar que, considerando a estrutura da frase:

- (A) A mesóclise seria a colocação pronominal mais adequada, pois o verbo "levem" indica projeção futura do resultado da ação.
- (B) A ênclise é obrigatória em "levem", uma vez que o verbo está no presente do subjuntivo e não admite pronome antes de si.
- (C) A próclise é facultativa nesse caso, já que não há elemento atrativo imediatamente anterior ao verbo "levem".
- (D) A forma verbal "levem" admite próclise, pois a conjunção integrante "que" atrai o pronome oblíquo átono.
- (E) A colocação pronominal depende exclusivamente do sentido semântico do verbo "levar", não sofrendo influência da estrutura sintática da oração.

Questão 44

O texto apresenta o relato de uma observação científica que descreve um comportamento incomum em um animal doméstico e, a partir desse fato, conduz à revisão de concepções previamente consolidadas sobre as capacidades cognitivas dos bovinos. A progressão das ideias articula descrição empírica, análise de especialistas e implicações mais amplas para a compreensão do comportamento animal, permitindo avaliar o alcance interpretativo da descoberta apresentada.

Com base no texto, é CORRETO afirmar que:

- (A) Veronika utiliza uma ferramenta de forma intencional, ajustando seu uso conforme a sensibilidade da área do corpo.
- (B) A descoberta demonstra que bovinos e chimpanzés apresentam níveis equivalentes de diversidade e sofisticação no uso de ferramentas.
- (C) O comportamento observado em Veronika confirma que o uso de ferramentas por bovinos já havia sido amplamente documentado, embora pouco valorizado pela ciência.

- (D) O episódio envolvendo Veronika é tratado como um caso isolado, sem impacto relevante para a compreensão mais ampla da cognição animal.
- (E) A habilidade apresentada pela vaca resulta de aprendizado induzido diretamente por humanos, decorrente da convivência histórica entre pessoas e bovinos.

Questão 45

O achado, relatado por pesquisadores em Viena, indica que as vacas "possuíam" habilidades cognitivas significativamente mais complexas do que se "supunha" até agora.

Os verbos destacados encontram-se conjugados, respectivamente, no:

- (A) Pretérito imperfeito do indicativo e pretérito imperfeito do indicativo.
- (B) Pretérito imperfeito do indicativo e presente do subjuntivo.
- (C) Pretérito perfeito do indicativo e presente do subjuntivo.
- (D) Pretérito imperfeito do subjuntivo e presente do indicativo.
- (E) Pretérito mais-que-perfeito do indicativo e presente do subjuntivo.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 46

Uma comissão organizadora precisa formar equipes de trabalho para um projeto temporário. O grupo disponível é composto por 6 pessoas distintas, identificadas apenas por seus cargos. Para diferentes atividades, são consideradas situações variadas de organização e escolha, conforme descrito a seguir. Com base nesses cenários, analise as assertivas e assinale V (Verdadeiro) ou F (Falso):

() Se a comissão deseja formar uma fila com todos os 6 integrantes, considerando que a ordem em que ficam posicionados é relevante, o número de formações possíveis corresponde a uma permutação simples.

() Caso seja necessário escolher 3 pessoas entre as 6 para compor uma equipe, sem atribuição de funções específicas e sem considerar a ordem, a contagem adequada envolve o uso de combinações.

() Ao selecionar 2 pessoas distintas entre as 6 para ocupar cargos diferentes, como coordenador e auxiliar, a ordem passa a ser relevante, caracterizando um arranjo simples.

() O princípio multiplicativo não se aplica quando há apenas uma etapa de escolha, sendo restrito a situações com pelo menos duas decisões sucessivas.

() Se uma pessoa é escolhida ao acaso entre as 6, a probabilidade de que ela pertença a um subconjunto previamente definido com 2 integrantes é igual a $1/3$.

() Ao calcular a probabilidade de um evento, é necessário que todos os resultados possíveis tenham a mesma chance de ocorrer, condição satisfeita quando a seleção é aleatória e sem preferência.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de V (verdadeiro) e F (falso), de cima para baixo:

- (A) V, V, F, F, V, V.
- (B) V, V, V, V, F, V.
- (C) V, F, V, F, F, V.
- (D) F, V, V, F, V, F.
- (E) V, V, V, F, V, V.

Questão 47

Em uma auditoria interna, um analista avaliou relatórios técnicos produzidos por diferentes equipes e formulou as seguintes proposições sobre o processo de verificação. Considere o universo de discurso formado pelos relatórios analisados e as afirmações a seguir:

I. Todo relatório que apresenta inconsistências lógicas foi revisado por pelo menos um analista.

II. Existe ao menos um relatório que foi revisado por um analista e que não apresenta inconsistências lógicas.

III. Se um relatório não foi revisado por nenhum analista, então ele não apresenta inconsistências lógicas.

IV. A afirmação "Alguns relatórios revisados são inconsistentes" é logicamente equivalente à negação da proposição "Nenhum relatório revisado é inconsistente".

V. Do fato de todo relatório inconsistente ter sido revisado, conclui-se corretamente que todo relatório revisado é inconsistente.

Com base na lógica proposicional, nos quantificadores e na análise de possíveis falácias, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas I, II, IV são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas I, II, III e IV são verdadeiras.
- (E) Apenas as afirmativas II, IV e V são verdadeiras.

Questão 48

Durante a organização de um evento interno, uma equipe precisa montar crachás personalizados para seus participantes.

Cada crachá será composto por:

- uma cor de fundo, escolhida entre 4 opções disponíveis;
- um símbolo identificador, selecionado entre 5 símbolos distintos;
- um código numérico de dois dígitos, formado apenas por algarismos de 0 a 9, sendo admitida a repetição de algarismos.

Considerando que todas as escolhas são independentes entre si e que a posição dos elementos no crachá não se altera, assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE a quantidade total de crachás diferentes que podem ser formados:

- (A) 800.
- (B) 1.000.
- (C) 2.000.
- (D) 4.000.
- (E) 400.

Questão 49

Em uma reunião técnica, um gestor afirmou:

"Atualizar os sistemas de segurança de uma rede é como revisar os freios de um veículo: não se faz para que o carro ande mais rápido, mas para reduzir riscos quando algo dá errado."

Considerando a estrutura lógica da analogia apresentada, e não apenas o tema abordado, qual alternativa mantém um paralelo argumentativo válido, sem extrapolações indevidas?

- (A) Implantar um antivírus é como pintar a fachada de um prédio: ambos melhoram a aparência geral, mas não interferem no funcionamento interno.
- (B) Criar senhas fortes é como usar roupas adequadas ao clima: em situações normais, a escolha não faz diferença significativa.
- (C) Utilizar autenticação em dois fatores é como trancar a porta de casa: uma vez adotada, elimina completamente a possibilidade de invasão.
- (D) Realizar backups periódicos é como fazer cópias de documentos importantes: a ação não evita problemas, mas possibilita recuperação quando ocorre uma perda.
- (E) Monitorar o tráfego de rede é como observar o movimento de pessoas em uma cidade: quanto maior o fluxo, maior será necessariamente o risco de incidentes.

Questão 50

Um analista, em relatório técnico, apresenta o seguinte raciocínio para justificar a adoção de um novo procedimento interno: "Sempre que um procedimento é documentado adequadamente, há maior padronização das atividades. Sempre que há maior padronização, ocorre redução de retrabalhos. Logo, ao documentar adequadamente os procedimentos, ocorre redução de retrabalhos."

Considere que o raciocínio acima será analisado exclusivamente sob a ótica da lógica proposicional clássica, tratando as sentenças como proposições formais e interpretando o conectivo "se... então..." como implicação material. Não se deve atribuir interpretação causal, empírica ou probabilística às proposições.

Com base nesse enquadramento formal e nos conceitos

de inferência, dedução e equivalência lógica, analise as assertivas a seguir e assinale V (Verdadeiro) ou F (Falso):

() A conclusão apresentada decorre de uma dedução logicamente válida, construída a partir de duas premissas encadeadas por implicações materiais.

() A estrutura formal do argumento pode ser representada como um silogismo hipotético do tipo: $P \rightarrow Q$; $Q \rightarrow R$; logo, $P \rightarrow R$.

() Na lógica proposicional clássica, a negação da implicação material "Se P, então Q" ($P \rightarrow Q$) é logicamente equivalente à proposição "não P ou não Q" ($\sim P \vee \sim Q$).

() A proposição "se não há padronização, então não há documentação adequada" é logicamente equivalente à primeira premissa do argumento, por corresponder à sua contrapositiva formal.

() O raciocínio apresentado caracteriza-se como uma inferência indutiva, pois parte de observações empíricas para estabelecer uma regra geral.

() Admitindo-se a veracidade das premissas formais, a rejeição da conclusão implicaria violação da consistência lógica do argumento.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de V (verdadeiro) e F (falso), de cima para baixo:

- (A) F, F, V, V, F, F.
- (B) V, V, F, V, F, V.
- (C) F, V, F, V, F, V.
- (D) V, V, F, F, F, V.
- (E) V, F, V, F, V, F.

RASCUNHO
GUARDA CIVIL MUNICIPAL
TEOTÔNIO VILELA (AL)

NÃO DESTAQUE